

rina, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido em 26 de Janeiro de 1957, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

15 de Setembro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 18 414/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 5 de Fevereiro de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Arlindo Semedo, natural de Santíssimo Nome de Jesus, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido em 15 de Setembro de 1958, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

15 de Setembro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça

Declaração n.º 250/2007

Por ter havido duplicação na publicação do despacho do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça de 8 de Agosto de 2007, publicado sob o n.º 20 832/2007, de 11 de Setembro, declaro nulo o despacho n.º 21 210/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 177, de 13 de Setembro de 2007.

19 de Setembro de 2007. — O Chefe do Gabinete, *Pedro Duarte Silva*.

Direcção-Geral dos Serviços Prisionais

Despacho (extracto) n.º 22 402/2007

De acordo com o disposto no artigo 82.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que, por despacho do director-geral dos Serviços Prisionais de 22 de Fevereiro de 2007, foi autorizado o regresso ao serviço em 9 de Abril de 2007 de Luís Miguel Vieira Alcarva, guarda da carreira de pessoal do Corpo da Guarda Prisional, de nomeação definitiva, após licença sem vencimento de longa duração.

20 de Junho de 2007. — A Subdirectora-Geral, *Julieta Nunes*.

Despacho (extracto) n.º 22 403/2007

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 78.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que, por despacho de 6 de Dezembro de 2006 do director-geral dos Serviços Prisionais, foi autorizada a Cristina Maria Ruivo de Jesus Pedreiro, guarda da carreira de pessoal do Corpo da Guarda Prisional, de nomeação definitiva, o gozo de licença sem vencimento de longa duração, com início a 1 de Janeiro de 2007.

20 de Junho de 2007. — A Subdirectora-Geral, *Julieta Nunes*.

Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P.

Aviso n.º 18 415/2007

Por deliberação do conselho directivo do Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P., de 26 de Abril de 2007, foi Alexandra Neto Anciães contratada, precedendo concurso externo, em regime de contrato administrativo de provimento, para realizar estágio de ingresso na categoria de técnico superior de 2.ª classe de medicina legal, da carreira de pessoal técnico superior, do quadro de pessoal do Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P., para exercer funções na Delegação de Lisboa. O referido contrato, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2007, data que corresponde ao início do estágio, é celebrado pelo período de um ano, podendo ser prorrogado, nos termos do n.º 4

do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, até à data da posse.

A presente publicação anula o aviso n.º 11 768/2006, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 216, de 9 de Novembro de 2006.

4 de Setembro de 2007. — O Presidente do Conselho Directivo, *Duarte Nuno Vieira*.

Aviso n.º 18 416/2007

Através do aviso n.º 11 895/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 125, de 2 de Julho de 2007, foi Rodolfo António Correia Silva nomeado na categoria de assistente administrativo, da carreira de assistente administrativo, do quadro único de pessoal do INML, I. P., para exercer funções no Gabinete Médico-Legal do Funchal.

Considerando que o funcionário em causa não aceitou o respectivo lugar dentro de prazo previsto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, é dada sem efeito a referida publicação.

12 de Setembro de 2007. — O Presidente do Conselho Directivo, *Duarte Nuno Vieira*.

Aviso n.º 18 417/2007

Por deliberação do conselho directivo do Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P., em sessão de 5 de Setembro de 2007, foi a licenciada Maria Manuela Ferreira Marques nomeada, precedendo concurso interno de acesso limitado, na categoria de técnico superior de 1.ª classe de biblioteca e documentação, da carreira de pessoal técnico superior, do quadro de pessoal único do INML, I. P., para exercer funções na Delegação do Sul, após confirmação de cabimento emitida pela 1.ª Delegação da DGO. (Não carece de visto ou declaração de conformidade do Tribunal de Contas.)

12 de Setembro de 2007. — O Presidente do Conselho Directivo, *Duarte Nuno Vieira*.

Deliberação (extracto) n.º 1917/2007

Considerando que o Decreto-Lei n.º 131/2007, de 27 de Abril, aprovou a orgânica do Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P., e que a Portaria n.º 522/2007, de 30 de Abril, aprovou os estatutos do mesmo Instituto, o conselho directivo, em sessão de 17 de Maio, deliberou nomear, ao abrigo dos n.ºs 2 e 3 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 131/2007, de 27 de Abril, os seguintes directores dos serviços de patologia forense, em concordância com as propostas fundamentadas dos directores das respectivas delegações e tendo em conta possuírem o perfil adequado à prossecução dos objectivos do serviço, sendo dotados de competência e aptidão para o exercício dos cargos, conforme decorre dos seus currículos académicos e profissionais:

Prof. Doutor Agostinho José Carvalho dos Santos, para exercer o cargo de director do Serviço de Patologia Forense da Delegação do Norte;

Prof.ª Doutora Maria Cristina Nunes de Mendonça, para exercer o cargo de directora do Serviço de Patologia Forense da Delegação do Centro;

Licenciado Francisco Manuel Matias da Costa Santos, para exercer o cargo de director do Serviço de Patologia Forense da Delegação do Sul.

Estas nomeações, nos termos do disposto nos n.ºs 8 e 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, são feitas em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo, produzindo efeitos a partir de 21 de Maio de 2007.

Nos termos do n.º 4 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 131/2007, de 27 de Abril, os referidos directores de serviços técnicos optaram pela remuneração correspondente ao seu lugar e regime de origem.

12 de Setembro de 2007. — O Presidente do Conselho Directivo, *Duarte Nuno Vieira*.

Nota curricular

Nome — Agostinho José Carvalho dos Santos.

Data de nascimento — 21 de Julho de 1962.

Naturalidade — Pedroso, Vila Nova de Gaia.

Habilitações literárias e profissionais — licenciatura em Medicina pelo Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar, da Universidade do Porto, pós-graduação em Medicina Legal — curso superior de Medicina Legal (Instituto de Medicina Legal do Porto), doutoramento em Medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade do Porto (FMUP), especialista em medicina legal pela Ordem dos Médicos.

Actividade profissional — chefe de serviço de medicina legal na Delegação do Norte do Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P.